

## Pelos direitos, contra as desigualdades, a exploração e o empobrecimento



Os quadros técnicos e os técnicos superiores das autarquias têm razões para uma forte participação na Greve Geral do próximo dia 22 de Março. À luta contra a austeridade e o empobrecimento social, junta-se o combate necessário pela dignidade profissional, em defesa das carreiras, contra os roubos salariais e a redução de cargos dirigentes na Administração Local e em defesa do Poder Local.

**22 MARÇO**  
2012  
**GREVE GERAL**  
24 horas

### Somos cada vez mais atingidos por estas políticas!

- Descaracterização, desconsideração e desvalorização da formação específica dos Quadros Técnicos;
- Generalização de fenómenos de polivalência, mobilidade e adaptabilidade funcionais;
- Vivemos actualmente a pior situação profissional de sempre, posicionando-nos na primeira linha das vítimas destas políticas recessivas e de ataque aos direitos dos trabalhadores;
- Sofremos pressões inadmissíveis para a emissão de pareceres técnicos que se destinem a sustentar más decisões políticas, assumindo contornos de autêntico assédio moral ao trabalho;
- Somos alvo da maior degradação do poder de compra e desvalorização salarial de entre os trabalhadores da A.P.: em 2012, o roubo completo dos subsídios de férias e de natal representará uma redução salarial de 14,3 %; entre Novembro de 2010 e o final de 2012, com os cortes salariais e nos subsídios, o aumento de descontos para C.G.A., a descida das comparticipações da ADSE e os abatimentos em sede de IRS, os técnicos superiores sofrem uma redução dos seus rendimentos de 18 % para os valores salariais mais baixos; se acrescentarmos a taxa de inflação estimada neste período este valor subirá para os 24 %.

### Responsabilidade Civil Extracontratual

○ “Regime de Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais entidades públicas” (Lei nº 67/2007, de 31 de Dezembro) responsabiliza individualmente e desprotege os funcionários e agentes na prática de actos administrativos, penalizando-os severamente.

Os quadros técnicos na administração local são assim vítimas da ligeireza das opções politicamente assumidas pelos Municípios, muitas vezes incoerentes e irregulares do ponto de vista técnico, formal e político, ficando particularmente expostos e vulneráveis a muitas situações de pressão política, chantagem e assédio moral ao trabalho, actos administrativos e omissões, passíveis de poderem ser consideradas ilícitas.